



**2026**

**PLANO DE INVESTIMENTOS  
DOS RECURSOS ORIUNDOS DA  
POSTERGAÇÃO DA DÍVIDA DO  
ESTADO COM A UNIÃO**

Lei Complementar 206/2024

SECRETARIA DA  
RECONSTRUÇÃO  
GAÚCHA



GOVERNO  
DO ESTADO  
**RIO  
GRANDE  
DO SUL**

O futuro nos une.

# **PLANO DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS ORIUNDOS DA POSTERGAÇÃO DA DÍVIDA DO ESTADO COM A UNIÃO - Lei Complementar 206/2024**

## **Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite**

Governador do Estado do Rio Grande do Sul

## **Gabriel Souza**

Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul

## **Pedro Capeluppi**

Secretário do Estado da Reconstrução Gaúcha

## **Angela Ferreira de Oliveira**

Secretária Adjunta da Reconstrução Gaúcha

## **Equipe Técnica**

### **Cecília Hoff**

Coordenadora da Assessoria Especial Técnica

### **Marília Bruxel**

Assessoria Técnica

### **Humberto Dorneles Breunig**

Assessor Técnico

### **Camila Lima Côrtes Lorenzi**

Chefe de Gabinete

## **Apoio Institucional**

Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática

Comitê Gestor do Plano Rio Grande

**Publicação 01/2026**

# Sumário

<b>1. Introdução</b> .....	<b>6</b>
<b>2. Governança do FUNRIGS</b> .....	<b>8</b>
2.1 Base legal e normativa.....	9
<b>3. Eixos do Plano Rio Grande</b> .....	<b>10</b>
<b>4. Valores da Postergação da Dívida</b> .....	<b>12</b>
<b>5. Plano de Aplicação dos Recursos</b> .....	<b>15</b>
5.1 Eixo Governança .....	15
5.2 Eixo Diagnóstico.....	16
5.4 Eixo Emergencial.....	17
5.5 Eixo Resiliência.....	17
5.5 Eixo Preparação .....	21
5.6 Eixo Recuperação.....	22
5.8 Consolidação dos Valores .....	28
<b>6. Cronograma de Desembolsos</b> .....	<b>29</b>
<b>7. Considerações Finais</b> .....	<b>29</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>31</b>

## **Lista de Figuras**

Figura 1 – Eixos do Plano Rio Grande e Plano de Investimentos do FUNRIGS

## **Lista de Quadros**

Quadro 1 – Valores da Postergação da Dívida

Quadro 2 – Eixo Governança

Quadro 3 – Eixo Diagnóstico

Quadro 4 – Eixo Emergencial

Quadro 5 – Eixo Resiliência

Quadro 6 – Eixo Preparação

Quadro 7 – Eixo Recuperação

Quadro 8 - Consolidação dos valores por eixo do Plano Rio Grande

## **Lista das Secretarias de Estado**

Secretaria da Casa Civil (CC)

Casa Militar e Defesa Civil

Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (SEAPI)

Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES)

Secretaria da Cultura (SEDAC)

Secretaria de Comunicação (SECOM)

Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC)

Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR)

Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEDUR)

Secretaria da Educação (SEDUC)

Secretaria de Esporte e Lazer (SEL)

Secretaria Extraordinária de Inclusão Digital e Apoio às Políticas de Equidade (SEIDAPE)

Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais (SE-RI)

Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (SEHAB)  
Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (SICT)  
Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH)  
Secretaria de Logística e Transportes (SELT)  
Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA)  
Secretaria da Mulher (SEM)  
Secretaria de Obras Públicas (SOP)  
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG)  
Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG)  
Secretaria da Saúde (SES)  
Secretaria da Segurança Pública (SSP)  
Secretaria de Sistema Penal e Socioeducativo (SSPS)  
Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional (STDP)  
Secretaria do Turismo (SETUR)  
Secretaria Executiva Particular do Governador (SEPG)  
Gabinete do Governador (GAB GOV)

# 1. Introdução

Entre abril e maio de 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou uma das maiores calamidades naturais de sua história, com perdas significativas de vidas, propriedades e infraestruturas. O evento de chuvas intensas, em curto período, resultou em inundações generalizadas, deslizamentos de terra e bloqueios de rodovias, além da destruição de infraestruturas urbanas e rurais. Muitos municípios ficaram completamente isolados, comprometendo a mobilidade e o acesso a serviços essenciais.

A calamidade ou emergência atingiu diretamente 478 dos 497 municípios gaúchos, afetando mais de 2,3 milhões de habitantes. Os eventos meteorológicos foram considerados de grande intensidade, sendo definidos como desastres de Nível III – estragos de grande escala de acordo com a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade).

Em resposta à gravidade da situação, o Governo Estadual declarou, em maio de 2024, estado de calamidade pública (Decreto nº 57.596, de 1º de maio de 2014, e Decreto nº 57.600, de 4 de maio de 2024, posteriormente alterado pelo Decreto nº 57.646, de 30 de maio de 2024).

O estado de calamidade foi prorrogado por mais quatro vezes, devido à permanência dos efeitos decorrentes dos eventos climáticos, os quais resultaram em danos materiais e ambientais, especialmente a destruição de rodovias, viadutos e pontes, além dos prejuízos econômicos e sociais. As prorrogações foram estabelecidas nos Decretos nº 57.905, de 11 de dezembro de 2024, nº 58.052, de 11 de março de 2025, e nº 58.193, de 9 de junho de 2025, e nº 58.359, de 05 de setembro de 2025.

No âmbito federal, foi editada a Lei Complementar nº 206, de 16 de maio de 2024, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 12.118, de 23 de julho de 2024, que autorizou a União a postergar, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, os pagamentos devidos pelo Estado à União, incluindo o principal e o serviço da dívida, além da redução da taxa de juros incidente sobre os contratos de dívida para 0% (zero por cento) durante o período da postergação.

A legislação condicionou a utilização dos recursos provenientes da suspensão da dívida com a União à criação de um fundo específico pelo Estado, à vinculação das ações financiadas ao enfrentamento e à mitigação dos danos decorrentes da calamidade pública, e à elaboração de um Plano de Investimentos específico para a utilização desses recursos.

Conforme o § 1º e o § 3º do art. 8º do Decreto nº 12.118/2024,

*§ 1º O Plano de Investimentos:*

*I - deverá ter seus projetos e suas ações agrupados de acordo com os três quadrimestres do ano civil;*

*II - poderá ser reapresentado quadrimestralmente; e*

*III - poderá ser executado conforme proposto pelo ente federativo enquanto não houver a manifestação do Ministério da Fazenda, exceto no caso da reapresentação prevista no inciso II.*

*(...)*

*§ 3º O Plano de Investimentos será custeado por fundo público específico a ser criado no âmbito do ente federativo cujos recursos serão provenientes dos montantes postergados de que trata o art. 2º, caput, da Lei Complementar nº 206, de 16 de maio de 2024, os quais deverão ser aplicados em ações de enfrentamento e mitigação dos danos decorrentes da calamidade pública e de suas consequências econômicas e sociais, vedada a aplicação em despesas correntes de caráter continuado.*

Em resposta às exigências normativas e às necessidades emergenciais, o Governo do Estado instituiu o Programa de Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do Estado do Rio Grande do Sul, o **Plano Rio Grande**, por meio da Lei Estadual nº 16.134, de 24 de maio de 2024. O programa tem como objetivo planejar, coordenar e executar as ações necessárias ao enfrentamento das consequências sociais, econômicas e ambientais dos eventos climáticos ocorridos nos anos de 2023 e 2024.

Já o Decreto Estadual nº 57.647, de 3 de junho de 2024, regulamentou o Plano Rio Grande e instituiu três instâncias de governança: o Comitê Gestor, o Conselho e o Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática. No modelo instituído, o papel de órgão executivo do Plano Rio Grande foi atribuído à Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG), que passou a atuar de forma transversal junto às secretarias finalísticas e aos demais órgãos de governança do plano Rio Grande.

Finalmente, a Lei Estadual nº 16.134/2024 criou o **Fundo do Plano Rio Grande (FUNRIGS)**, um fundo público especial de natureza orçamentária, financeira e contábil, destinado ao financiamento das ações do programa, sendo composto, entre outras fontes, pelos valores das parcelas renegociadas da dívida com a União, em estrita observância à Lei Complementar nº 206/2024 e ao Decreto nº 12.118/2024.

Neste sentido, o **Plano de Investimentos**, elaborado em consonância com a Lei Complementar nº 206/2024, está diretamente alinhado aos eixos estruturantes do Plano Rio Grande, garantindo a coerência na aplicação dos recursos e a viabilidade dos objetivos estratégicos estabelecidos. Destina-se, sobretudo, a orientar as ações de reconstrução de forma estratégica e ordenada, ao mesmo tempo em que preserva a flexibilidade necessária para encaminhar ajustes sempre que necessários e alinhados ao objetivo principal.

Ou seja, o Plano Rio Grande foi concebido como um documento dinâmico, com eixos e ações pré-determinados, mas com uma carteira de projetos flexível, o que permite a inclusão de novas iniciativas à medida que surgem demandas não previstas ou reorientação das políticas públicas executadas. Esse caráter é essencial, especialmente quando se considera que o Plano foi elaborado ainda em maio de 2024, o que exigiu uma construção ágil, com foco nas necessidades emergentes, e na previsão de demandas futuras.

Ressalta-se, por fim, que à medida em que o Plano Rio Grande avança e se consolida como estratégia de reconstrução, as atualizações do Plano de Investimentos tendem a ser menos frequentes, uma vez que o foco passa a ser a execução dos projetos. Assim, a presente versão do Plano de Investimentos se restringe à atualização dos valores alocados e à incorporação de novos projetos aos eixos e ações pré-estabelecidos, os quais resultaram, sobretudo, dos avanços da avaliação das políticas públicas propostas, da identificação de demandas e populações ainda não contempladas, e do desenvolvimento da elaboração de projetos e respectivos orçamentos.

Adicionalmente, a presente versão do Plano de Investimentos incorpora os rendimentos realizados e projetados da aplicação financeira dos recursos do Funrigs, bem como a alocação desses recursos nos eixos, ações e projetos do Plano, em atendimento ao solicitado no Parecer nº 2656/2025/MF, de 24 de julho de 2025 (Sei nº 52462590) e na Nota Técnica SEI nº 4992/2025/MF, de 13 de novembro de 2025.

Nas próximas sessões, serão detalhadas as alterações incorporadas ao Plano de Investimentos, relativas à última versão encaminhada, bem como o novo cenário projetado a partir dessas mudanças.

## **2. Governança do FUNRIGS**

Na governança estabelecida para o Plano Rio Grande, o Comitê Gestor do Funrigs é responsável pela aprovação dos projetos constantes no Plano de Investimentos aptos ao financiamento pelo Fundo. No que se refere aos projetos estruturantes do Plano de Investimentos, a SERG, por meio de sua equipe técnica, avalia as propostas com relação ao mérito, à relevância dentro do Plano Rio Grande, às eventuais interdependências ou sobreposições com os demais projetos, aos padrões técnicos vigentes e à adequabilidade do orçamento proposto. Eventualmente, nos casos em que não há *expertise* consolidada dentro do Governo do Estado para fazer a avaliação da solução técnica proposta, ou nos casos em que o impacto do projeto é elevado (por exemplo, nos projetos dos Sistemas de Proteção Contra Cheias – SPCCs), a SERG encaminha para a avaliação complementar do Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática (CCARC).

Previamente ao envio das demandas para deliberação pelo Comitê Gestor do Funrigs, a Assessoria Especial de Controle e Gestão de Riscos (AECIG) analisa a conformidade do projeto com a legislação federal e estadual vigente. Entre outros aspectos, a AECIG identifica: (i) o nexo da proposta com os eventos climáticos de 2024, isto é, se o projeto em questão se destina ao “*enfrentamento e mitigação dos danos decorrentes da calamidade pública e de suas consequências econômicas e sociais*”, como prevê o § 3º do art. 8º do Decreto Federal nº 12.118/2024; (ii) a ausência de despesas correntes de caráter continuado, tendo em vista a vedação expressa no mesmo Decreto Federal; e (iii) a adequação dos projetos propostos com o prazo de execução dos recursos das parcelas da dívida com a União, tendo em vista

a previsão, expressa no § 7º do art. 8º do Decreto Federal nº 12.118/2024, de que as despesas contraídas a partir da data do reconhecimento de calamidade pública pelo Congresso Nacional e discriminadas no Plano de Investimentos poderão ser pagas com os recursos do Fundo a partir da data da primeira postergação da parcela devida à União, “*desde que limitado a até seis meses do final da vigência da postergação*”.

Após a deliberação pelo Comitê Gestor do Funrigs, as resoluções contendo os projetos aprovados, o escopo, o valor autorizado e o órgão responsável pela execução são publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE). A partir dessa autorização, as secretarias finalísticas e órgãos executores estarão aptos a acessar os recursos, os quais deverão ser utilizados *exclusivamente* no projeto aprovado e dentro do orçamento e prazos autorizados.

Todos os projetos aprovados no âmbito do Plano Rio Grande são considerados estratégicos e acompanhados, dentro do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME) do Governo do Estado, pela secretaria finalística e pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPGG). No que se refere aos projetos estruturantes do Plano Rio Grande, esse acompanhamento é realizado também pela Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG).

## 2.1 Base legal e normativa

- **Lei Complementar nº 206, de 16 de maio de 2024:** autoriza a postergação do pagamento de dívidas dos entes federativos afetados por calamidades públicas e dispõe sobre o uso dos recursos poupados para investimentos em reconstrução e adaptação.
- **Decreto nº 12.118, de 23 de julho de 2024:** regulamenta o disposto na Lei Complementar nº 206, de 16 de maio de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional.
- **Lei nº 16.134, de 24 de maio de 2024:** institui o Plano Rio Grande, cria o FUNRIGS e define suas atribuições e fontes de receita.
- **Decreto nº 57.647, de 3 de junho de 2024:** regulamenta o Plano Rio Grande, instituindo o Comitê Gestor, o Conselho e o Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática.
- **Parecer nº 20.952/24, da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul:** dispõe sobre as hipóteses autorizadas de criação de despesas, de acordo com a Lei Complementar Federal nº 206/2024 e Decreto Federal nº 12.118/2024.
- **Documentos Técnicos do Plano Rio Grande:** inclui cadernos técnicos, mapas de processos e formulários de submissão de projetos, fornecendo

diretrizes operacionais para as secretarias finalísticas, municípios e demais atores cujos projetos tenham sido incluídos na carteira do Plano Rio Grande.

- **Relatórios Mensais de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro do FUNRIGS:** publicação mensal das informações sobre a movimentação financeira e contábil do FUNRIGS, elaborados em conjunto pela Secretaria da Fazenda e Secretaria da Reconstrução Gaúcha.
- **Considerações Técnicas para Readequação do Documento (Versão 1), de 24 de julho de 2024:** elaborado pelos membros do Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática, o parecer realiza proposições de alteração quanto aos eixos da carteira de Projetos Estruturantes, bem como acerca da alocação dos programas entre eles.
- **Resoluções Emitidas pelo Comitê Gestor do Plano Rio Grande e do FUNRIGS:** resoluções referentes à aprovação da inclusão de projetos e programas ao Plano Rio Grande e financiamento com recursos do FUNRIGS.

### 3. Eixos do Plano Rio Grande

O Plano Rio Grande foi concebido para operar em várias frentes, integrando, originalmente, medidas distribuídas nos eixos emergencial, de reconstrução e de preparação para o futuro. Posteriormente, após consulta ao Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática (CCARC), as dimensões do Plano Rio Grande foram ajustadas, tendo sido apresentadas na atualização do Plano de Investimentos de janeiro de 2025:

#### Eixo Emergencial

Contempla as medidas de resposta rápida e recuperação inicial das áreas mais afetadas. As ações incluíram a limpeza e desobstrução de vias, o restabelecimento de serviços essenciais e a provisão de assistência humanitária imediata. Os projetos dentro deste eixo foram priorizados pela sua urgência e impacto direto na estabilização das comunidades afetadas, sendo fundamentais para evitar maiores danos socioeconômicos. No Plano de Investimentos, o eixo emergencial alcança o montante de R\$ 677,4 milhões, tendo como destaques o Programa Volta por Cima, os abrigos temporários, as moradias transitórias, a desobstrução de rodovias estaduais, entre outros.

#### Eixo Governança

Este eixo busca integrar as ações de diferentes atores, promovendo a tomada de decisão técnica e embasada em ciência, bem como a distribuição das competências de cada parte envolvida. A governança efetiva é essencial para garantir a implementação coesa e eficiente das iniciativas propostas, bem como a adequação

dos projetos e programas à legislação vigente. Os investimentos previstos no eixo de Governança devem alcançar R\$ 187,9 milhões e contemplam o Centro de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (CEGIRD), da Defesa Civil; o Centro de Referência Internacional em Estudos Relacionados às Mudanças Climáticas (CRIEC), vinculado à Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia; o Projeto RioS: Resiliência, Inovação e Obras para o Futuro do Rio Grande do Sul, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre outros.

### **Eixo Diagnóstico**

Os investimentos contemplados neste eixo visam estabelecer uma base de informações e dados para orientar o planejamento das ações. O conhecimento obtido servirá de subsídio para as decisões voltadas à redução de riscos e à preparação para eventos futuros, constituindo subsídio para a atualização e elaboração de projetos para os Sistemas de Proteção Contra Cheias (SPCCs). O montante dos recursos investidos nesse eixo deve chegar a R\$ 70,4 milhões, com destaque para mapeamento topográfico do Estado, a partir do levantamento aerofotogramétricos com tecnologia LiDAR (Light Detection and Ranging) e a geração de Modelo Digital de Terreno completo, bem como o levantamento batimétrico dos principais corpos hídricos do Estado.

### **Eixo Preparação**

As iniciativas do eixo preparação abrangem a implementação de sistemas avançados de monitoramento climático para a identificação das principais ameaças de desastres, áreas e populações vulneráveis, bem como o fornecimento de equipamentos adequados para a atuação das forças de segurança pública durante os desastres. Neste eixo estão previstos R\$ 1,4 bilhão de investimentos, com destaque para a aquisição de 04 (quatro) helicópteros com visão noturna, 03 (três) radares meteorológicos, 130 (cento e trinta) novas estações de monitoramento hidrometeorológico, o desenvolvimento e operação de modelagem hidrodinâmica, que contribuirá para a identificação e mapeamento de possíveis áreas de inundação, além de equipamentos diversos para a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Civil. Esse eixo pretende estabelecer um novo padrão para a prevenção e resposta a desastres no Rio Grande do Sul, garantindo previsibilidade, agilidade e segurança diante de eventos climáticos extremos. A criação de estruturas modernas de monitoramento e capacitação contribuirá para a redução de danos e a preservação de vidas, consolidando um modelo de gestão de riscos eficiente e baseado em ciência e tecnologia.

### **Eixo Resiliência**

Os investimentos constantes neste eixo estão focados no aumento da resiliência das infraestruturas para o enfrentamento de futuros desastres. O Plano de Investimentos prevê a aplicação de R\$ 1,7 bilhão, com destaque para a recomposição dos sistemas de proteção das cidades, como diques, comportas, casas de bombas e

outras estruturas destinadas à contenção de cheias, por meio do **Fundo a Fundo da Reconstrução**. Também faz parte desse eixo o apoio aos municípios para a execução de projetos de drenagem urbana, recuperação de pontes, pontilhões e galerias, construção de parques com a utilização de Soluções Baseadas na Natureza (SBNs), contenção de encostas e a pavimentação de estradas municipais para acesso aos municípios e localidades em caso de bloqueios das rodovias principais.

**Figura 1: Eixos do Plano Rio Grande**



## Eixo Recuperação

Este eixo é voltado para a recuperação das infraestruturas afetadas pelo desastre. As ações incluem a reconstrução de rodovias, pontes, hidrovias e habitações em áreas seguras, fora das zonas de inundação; a recuperação dos solos e do setor primário; o fomento à economia nos setores mais afetados, como as micro e pequenas empresas e o turismo; as políticas sociais voltadas às populações mais vulneráveis; a restauração de prédios públicos, equipamentos esportivos e culturais, incluindo projetos de resiliência de novas construções. O eixo de Recuperação deve alcançar investimentos da ordem de R\$ 11,3 bilhões, contemplando um grupo grande de iniciativas que visam não apenas restaurar o que foi perdido, mas construir uma base econômica e de infraestrutura robusta para o futuro do Estado.

## 4. Valores da Postergação da Dívida

Conforme a relação de valores disponibilizada pelo Tesouro Estadual, o valor da postergação da dívida do Estado do Rio Grande do Sul com a União perfaz o montante total projetado de R\$ 14.536.345.553,02 (quatorze bilhões, quinhentos e trinta e seis milhões, trezentos quarenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e três reais e dois centavos), como demonstrado na tabela abaixo (projeções de março de 2026). Destaca-se que os valores correspondentes ao período de junho de 2024 a março de

2026 referem-se aos depósitos efetivamente realizados no Funrigs. Para os meses seguintes, o Tesouro Estadual projeta os valores conforme a evolução esperada dos indexadores da dívida com a União.

Adicionalmente, em atenção ao solicitado no Parecer nº 2656/2025/MF, de 24 de julho de 2025 (Sei nº 52462590) e na Nota Técnica SEI nº 4992/2025/MF, de 13 de novembro de 2025, são apresentados os valores realizados e projetados dos rendimentos financeiros decorrentes da aplicação financeira dos recursos do Funrigs. Ao longo do período de execução, estima-se que os rendimentos alcancem R\$ 630.593.512,12 (seiscentos e trinta milhões, quinhentos e noventa e três mil, quinhentos e doze reais e doze centavos), sendo que R\$ 278.045.189,24 (duzentos e setenta e oito milhões, quarenta e cinco mil, cento e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos) já foram auferidos entre junho de 2024 e março de 2026. A partir de abril de 2026, os valores foram estimados com base na previsão de desembolsos dos projetos previstos no Plano de Investimentos e evolução esperada para a Taxa Selic/CDI.

A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz) elaborou cenários para os rendimentos da aplicação do Fundo, concluindo que o valor deverá situar-se entre R\$ 199,8 milhões e R\$ 1,1 bilhão, a depender da velocidade de execução e pagamentos dos projetos. Na estimativa elaborada pela SERG, o valor proposto para rendimentos decorre do cronograma de desembolsos pactuado com as secretarias finalísticas e previsto no Plano de Investimentos, podendo ser menor (caso a execução seja mais rápida) ou maior (em caso de execução mais lenta dos projetos).

**Quadro 1: Valores da Postergação da Dívida e dos Rendimentos Financeiros**

Data	Dívida	Rendimentos	Competência	Valor Competência
01/06/24	R\$ 283.234.809,19	R\$ 0,00	2024	R\$ 1.939.988.937,11
01/07/24	R\$ 248.867.167,76	R\$ 0,00		
01/08/24	R\$ 250.887.149,20	R\$ 5.085.976,44		
01/09/24	R\$ 253.401.187,55	R\$ 5.318.107,09		
01/10/24	R\$ 302.659.321,79	R\$ 5.317.774,65		
01/11/24	R\$ 261.473.111,75	R\$ 7.787.960,23		
01/12/24	R\$ 307.488.618,36	R\$ 8.467.753,10		
01/01/25	R\$ 267.768.268,87	R\$ 8.381.173,11	2025	R\$ 4.467.190.727,51
01/02/25	R\$ 320.263.658,82	R\$ 4.223.566,53		
01/03/25	R\$ 322.101.431,71	R\$ 5.783.234,70		
01/04/25	R\$ 392.049.097,25	R\$ 7.884.474,58		

01/05/25	R\$ 331.910.035,37	R\$ 10.806.505,07		
01/06/25	R\$ 423.750.004,60	R\$ 14.332.808,05		
01/07/25	R\$ 343.097.837,87	R\$ 15.412.480,44		
01/08/25	R\$ 346.869.405,84	R\$ 19.486.307,64		
01/09/25	R\$ 350.769.724,18	R\$ 24.558.579,57		
01/10/25	R\$ 413.964.035,47	R\$ 21.731.814,02		
01/11/25	R\$ 360.264.650,61	R\$ 23.748.505,64		
01/12/25	R\$ 417.102.459,41	R\$ 20.930.668,16		
01/01/26	R\$ 369.163.110,97	R\$ 23.992.750,83		
01/03/26	R\$ 426.386.907,33	R\$ 24.273.513,76		
01/04/26	R\$ 430.840.463,07	R\$ 20.521.235,63		
01/05/26	R\$ 520.189.718,46	R\$ 28.712.582,33		
01/06/26	R\$ 441.715.670,39	R\$ 28.861.071,58		
01/07/26	R\$ 517.412.334,72	R\$ 30.672.712,22	2026	R\$ 5.902.381.527,75
01/08/26	R\$ 448.410.439,21	R\$ 28.813.730,54		
01/09/26	R\$ 451.950.996,64	R\$ 25.941.428,04		
01/10/26	R\$ 456.528.073,19	R\$ 28.120.067,71		
01/11/26	R\$ 543.392.860,84	R\$ 16.878.902,95		
01/12/26	R\$ 465.960.110,22	R\$ 16.888.282,39		
01/01/27	R\$ 473.455.614,78	R\$ 19.031.577,05		
01/02/27	R\$ 535.232.850,86	R\$ 21.043.657,58		
01/03/27	R\$ 539.380.275,85	R\$ 21.623.024,01		
01/04/27	R\$ 640.920.350,22	R\$ 22.377.390,57		
01/05/27	R\$ 539.580.283,57	R\$ 12.806.592,61	2027	R\$ 2.857.377.878,77
01/06/27	R\$ 0,00	R\$ 11.429.295,90		
01/07/27	R\$ 0,00	R\$ 9.293.325,49		
01/08/27	R\$ 0,00	R\$ 6.764.992,34		
01/09/27	R\$ 0,00	R\$ 4.075.947,23		

01/10/27	R\$ 0,00	R\$ 1.362.700,71		
01/11/27	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
	<b>R\$ 14.536.345.553,02</b>	<b>R\$ 630.593.512,12</b>		<b>R\$ 15.166.939.065,14</b>

## 5. Plano de Aplicação dos Recursos

### 5.1 Eixo Governança

No eixo Governança, a principal atualização no Plano de Investimentos, em relação à versão enviada em outubro de 2025, diz respeito a inclusão do projeto do Centro Estadual de Reconstrução Resiliente (CERR), em cooperação com o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR), o qual será alocado junto ao CEGIRD e CELOG. Ao todo, a Governança deve alcançar um investimento de R\$ 187,9 milhões, contemplando, além dos projetos já citados, o Centro de Referência Internacional em Estudos Relacionados às Mudanças Climáticas (CRIEC), o Projeto RioS: Resiliência, Inovação e Obras para o Futuro do Rio Grande do Sul, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a Plataforma de Integração e Análise de Dados – Clima RS.

**Quadro 2: Eixo Governança**

ACÇÃO ESTRATÉGICA DO PLANO DE INVESTIMENTOS	DESCRIÇÃO	INICIATIVA	SECRETARIA FINALÍSTICA	PLANO JAN/25	PLANO OUT/25	PLANO MAR/26
Governança e Integração	Plataformas de integração para definição de políticas públicas eficazes, protocolos de ação e um sistema de monitoramento contínuo. Recursos físicos, materiais, tecnológicos e humanos dispostos de forma coordenada e estratégica, maximizando a eficácia das ações de gestão de risco e desastres	CEGIRD	Defesa Civil	R\$ 95.000.000,00	R\$ 70.354.949,55	R\$ 70.354.949,55
		CELOG	Defesa Civil	-	R\$ 38.706.027,27	R\$ 38.706.027,27
		Centro de Referência Internacional em Estudos Climáticos - CRIEC	SICT	R\$ 40.000.000,00	R\$ 34.000.000,00	R\$ 33.580.000,00
		Projeto RioS	SERG	R\$ 30.000.000,00	R\$ 30.000.000,00	R\$ 30.000.000,00

		Centro de Inteligência Climática no Parque Tecnológico Binacional	SICT	-	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.000.000,00
		Plataforma de Integração e Análise de Dados	SEMA	R\$ 4.000.000,00	R\$ 4.036.824,00	R\$ 4.036.824,00
		CERR	SERG	-	-	R\$ 6.203.545,03
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 169.000.000,00</b>	<b>R\$ 182.097.800,82</b>	<b>R\$ 187.881.345,85</b>

## 5.2 Eixo Diagnóstico

As principais atualizações realizadas no eixo Diagnóstico decorrem da redução do escopo do projeto de Mapeamento Topográfico, visando evitar a sobreposição com o mapeamento conduzido pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). Além disso, foi autorizada a contratação dos serviços de apoio às atividades de fiscalização para validar os produtos gerados. Destaca-se, também, a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Governo do Estado e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), através da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, para o compartilhamento das informações de em uma única base de dados. Desde a última atualização, houve a redução dos recursos previstos para o eixo em decorrência do redimensionamento dos serviços necessários para a conclusão dos dois levantamentos.

**Quadro 3: Eixo Diagnóstico**

ACÇÃO ESTRATÉGICA DO PLANO DE INVESTIMENTOS	DESCRIÇÃO	INICIATIVA	SECRETARIA FINALÍSTICA	PLANO JAN/25	PLANO OUT/25	PLANO MAR/26
Mapeamento do Estado com levantamento topográfico e batimetria com tecnologia laser	Identificação das áreas de risco topográfico, cota de inundação, estudo batimétrico	Mapeamento Topográfico	SEMA	R\$ 92.384.735,26	R\$ 36.800.000,00	R\$ 35.450.000,00
		Batimetria	SEMA	R\$ 47.374.050,00	R\$ 45.901.350,00	R\$ 34.901.350,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 139.758.785,26</b>	<b>R\$ 82.701.350,00</b>	<b>R\$ 70.351.350,00</b>

## 5.4 Eixo Emergencial

No eixo Emergencial, as últimas alterações, já elencadas na versão do Plano de Investimentos de outubro de 2025, incluíram a complementação de recursos para repasse aos municípios por meio do Fundo a Fundo da Defesa Civil, no valor de R\$ 4,3 milhões; e o projeto Estadia Ponte, que trata da concessão de auxílio temporário para a remoção de famílias em situação de vulnerabilidade social, com residência em área de risco nas alças da ponte do Rio Guaíba, no valor de R\$ 9,9 milhões.

**Quadro 4: Eixo Emergencial**

AÇÃO ESTRATÉGICA DO PLANO DE INVESTIMENTOS	DESCRIÇÃO	INICIATIVA	SECRETARIA FINALÍSTICA	PLANO JAN/25	PLANO OUT/25	PLANO MAR/26
Ações de resposta e restabelecimento	Medidas emergenciais e de apoio humanitário como: repasses da Defesa Civil aos municípios, qualificação de abrigos, programa Volta por Cima, habitações temporárias, aluguel social, horas máquina para desobstrução de vias, retomada de aulas, entre outros	Reclassificação de despesas incorridas	SPGG/ SEFAZ	R\$ 667.429.991,48	R\$ 649.696.802,36	R\$ 649.465.804,93
		Projeto de Recuperação da CEASA/RS	CEASA/ SDR	R\$ 11.282.497,00	R\$ 11.282.497,00	R\$ 11.282.497,00
		Programa Emergencial de Manejo da População de Cães e Gatos	SEMA	R\$ 7.714.163,04	R\$ 2.473.733,02	R\$ 2.473.733,02
		Fundo a Fundo da Defesa Civil	Defesa Civil	-	R\$ 4.291.123,10	R\$ 4.291.123,10
		Estadia Ponte	SEHAB	-	R\$ 9.936.000,00	R\$ 9.936.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 686.426.651,52</b>	<b>R\$ 677.680.155,48</b>	<b>R\$ 677.449.158,05</b>

## 5.5 Eixo Resiliência

As estratégias de resiliência adotadas no Plano de Investimentos incluem o apoio aos projetos municipais destinados à ampliação da proteção das populações, como a recomposição dos Sistemas de Proteção Contra Cheias (SPCC) existentes, e a execução de convênios municipais visando melhorias nos sistemas de drenagem; no restabelecimento de conexões municipais; na contenção de encostas, entre outros. Também estão consolidadas, neste eixo, as ações de apoio aos projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados aos eventos climáticos.

O programa “**Fundo a Fundo da Reconstrução**”, destinado a financiar projetos de restabelecimento e recuperação de sistemas de proteção contra cheias pré-existentes, segue avançando. Esse programa que contempla a recomposição de diques, comportas, taludes, sistemas de drenagem e estações de bombeamento, bem como a elaboração de estudos geotécnicos, hidrológicos e hidráulicos. Desde a última atualização, foram contemplados os municípios de São Leopoldo, São Lourenço e Alvorada, além de novas intervenções aprovadas em Porto Alegre, Gravataí e Pelotas. Outros projetos seguem em avaliação e análise na SERG.

Por outro lado, foram autorizados projetos de parques ecológicos que serão implementados com a aplicação de Soluções Baseadas na Natureza (SBNs) e previstos recursos para intervenções urbanísticas nas zonas de arraste do Vale do Taquari. Essas são áreas de alto risco, intensamente atingidas pelas enchentes recentes, em que casas foram destruídas e a habitação é proibida para garantir a segurança da população local. Dessa forma, estão sendo estudadas, dentro do escopo do projeto RioS, alternativas viáveis de ação e intervenção nessas localidades.

Os valores do eixo foram redimensionados em relação à última versão, tendo em vista a elevada demanda apresentada pelos municípios para os projetos de resiliência e a identificação da necessidade de maior aporte de recursos para as intervenções no Vale do Taquari. Adicionalmente, foi incluída a ação estratégica “Instrumentos financeiros para a resiliência climática”, com a previsão de recursos para a constituição dos fundos de resseguro e de manutenção dos sistemas de proteção contra cheias, os quais encontram-se atualmente em estudos para viabilização.

**Quadro 5: Eixo Resiliência**

ACÇÃO ESTRATÉGICA DO PLANO DE INVESTIMENTOS	DESCRIÇÃO	INICIATIVA	SECRETARIA FINALÍSTICA	PLANO JAN/25	PLANO OUT/25	PLANO MAR/26
Programas de financiamento de soluções para reconstrução e resiliência dos municípios	Apoio aos municípios em projetos de reconstrução e resiliência através de chamamento público ou outros instrumentos	Projeto de avaliação de segurança das barragens (38 estruturas)	SEAPI	R\$ 7.145.161,46	R\$ 2.298.447,57	R\$ 2.298.447,57
		Projeto de avaliação de segurança das barragens (5 estruturas)	SEAPI	R\$ 2.869.346,43	R\$ 2.869.346,43	-
	Recursos direcionados à estrutura de proteção e resiliência	Conexões	SEDUR	R\$ 750.000.000,00	R\$ 200.000.000,00	R\$ 200.000.000,00
		Drenagem urbana	SEDUR		R\$ 150.000.000,00	R\$ 150.000.000,00

		Rotas de Resiliência	SEDUR		R\$ 106.722.819,27	R\$ 135.179.271,21
		Qualificação da gestão de águas urbanas	SEMA		R\$ 1.525.248,60	R\$ 1.525.248,60
		Infraestrutura de acesso à Ponte do Exército (Lajeado e Arroio do Meio)	SEDUR	-	-	R\$ 14.310.592,94
		Parque do Imigrante em Lajeado	SEDUR	-	-	R\$ 15.000.000,00
		Parque Ecológico Memorial Passo de Estrela em Cruzeiro do Sul	SEDUR	-	-	R\$ 52.000.000,00
		Parque Ecológico Memorial em Muçum	SEDUR	-	-	R\$ 10.000.000,00
		Previsão de recursos para apoio aos municípios	-	-	-	R\$ 120.000.000,00
		Previsão de recursos para áreas de interesse no Vale do Taquari	-	-	-	R\$ 180.000.000,00
Proteção e Contenção	Recursos direcionados à estrutura de proteção e resiliência	Fundo a Fundo - Canoas	SERG	R\$ 750.000.000,00	R\$ 179.710.109,84	R\$ 179.710.109,84
		Fundo a Fundo - Porto Alegre			R\$ 171.681.205,50	R\$ 200.360.033,00
		Fundo a Fundo - Eldorado do Sul			R\$ 23.765.072,35	R\$ 23.765.072,35
		CPP - Verificador Independente			R\$ 17.157.875,60	R\$ 17.157.875,60
		Fundo a Fundo - Pelotas			R\$ 13.021.763,37	R\$ 14.019.543,47
		Fundo a Fundo - Gravataí			R\$ 11.446.912,04	R\$ 12.300.866,14
		Fundo a Fundo - Novo Hamburgo			R\$ 2.838.897,36	R\$ 2.838.897,36

		Fundo a Fundo - Rio Grande			R\$ 1.259.615,40	R\$ 1.259.615,40
		Fundo a Fundo - Sapucaia do Sul			R\$ 6.501.989,14	R\$ 6.501.989,14
		Fundo a Fundo - Esteio			R\$ 3.504.238,20	R\$ 3.504.238,20
		Fundo a Fundo - São Sebastião do Caí			R\$ 2.432.818,74	R\$ 2.432.818,74
		Fundo a Fundo - São Leopoldo			-	R\$ 270.587,41
		Fundo a Fundo - São Lourenço			-	R\$ 2.431.964,20
		Fundo a Fundo - Alvorada			-	R\$ 2.337.201,30
		Previsão de recursos para Fundo a Fundo – demais municípios			R\$ 127.000.000,00	R\$ 128.665.018,60
		Atualização de Anteprojeto - Arroio Feijó			R\$ 5.245.642,50	R\$ 5.245.642,50
		Atualização de Anteprojeto - Eldorado do Sul			R\$ 3.750.000,00	R\$ 3.750.000,00
Pesquisa e Desenvolvimento Integrado de Ações Climáticas	Fomento à retenção de capital humano em atividades intensivas em conhecimento	Edital P&D voltado a Desastres Climáticos	SICT	R\$ 50.000.000,00	R\$ 45.000.000,00	R\$ 45.000.000,00
		Edital RS Talentos	SICT	-	R\$ 21.600.000,00	R\$ 21.600.000,00
		Programa Pesquisador Gaúcho - PqG	SICT	-	R\$ 20.000.000,00	R\$ 20.000.000,00
		Edital Ambientes de Inovação	SICT	-	R\$ 20.000.000,00	R\$ 19.046.554,25
		Programa Manutenção de Talentos	SICT	R\$ 14.400.000,00	R\$ 14.273.700,00	R\$ 14.273.700,00
Instrumentos financeiros para a resiliência climática	Sistemas de seguros contra desastres naturais	Fundos de resseguro e manutenção	-	-	-	R\$ 19.720.435,97
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 1.574.414.507,89</b>	<b>R\$ 1.153.605.701,91</b>	<b>R\$ 1.626.505.723,79</b>

## 5.5 Eixo Preparação

No eixo Preparação, as principais alterações desde a última atualização dizem respeito ao ganho de eficiência na contratação dos radares meteorológicos e no redimensionamento das necessidades originais de aquisição de equipamentos relacionados às forças de resposta e de segurança pública. O Plano de Investimentos atual prevê a execução de 04 (quatro) Centros Regionais de Gestão de Riscos e Desastres, nos municípios de Lajeado, Caxias do Sul, Pelotas e Santa Maria. Neste eixo também está incluído o projeto de construção de rede de Ginásios Multiúso, estrategicamente distribuídos nas áreas mais afetadas, que serão destinados ao uso recreativo e esportivo em condições de normalidade, podendo ser revertidos em estruturas completas de apoio humanitário sempre que necessário.

**Quadro 6: Eixo Preparação**

AÇÃO ESTRATÉGICA DO PLANO DE INVESTIMENTOS	DESCRIÇÃO	INICIATIVA	SECRETARIA FINALÍSTICA	PLANO JAN/25	PLANO OUT/25	PLANO MAR/26
Sistemas de monitoramento avançados	Radares meteorológicos	Radares meteorológicos	Defesa Civil	R\$ 204.777.954,82	R\$ 204.777.954,82	R\$ 157.662.572,64
	Estações hidrometeorológicas	Estações de monitoramento hidrometeorológico	Defesa Civil	R\$ 27.756.100,00	R\$ 27.100.000,00	R\$ 27.100.000,00
	Modelagem hidrodinâmica	Modelagem hidrodinâmica	Defesa Civil	R\$ 8.146.666,22	R\$ 5.637.499,98	R\$ 5.637.499,98
Reforço da estrutura de resposta das forças de segurança	Novos equipamentos (incluindo aeronaves)	Aquisição de equipamentos diversos, mobiliários e veículos	SSP	R\$ 645.659.939,28	R\$ 646.732.820,67	R\$ 623.397.141,36
		Aquisição de aeronaves para forças de resposta	SSP	R\$ 305.021.815,14	R\$ 311.320.207,07	R\$ 311.320.207,07
		Novos quartéis para a Brigada Militar	SSP	-	R\$ 38.699.633,93	R\$ 38.644.000,00
		Modernização e incremento das frotas e caminhões cisterna	Defesa Civil	R\$ 14.364.120,00	R\$ 16.562.824,00	R\$ 16.562.824,00
		Aquisição de drones	Defesa Civil	-	R\$ 1.236.874,80	R\$ 1.236.874,80

		Aquisição de conjuntos operacionais	Defesa Civil	-	-	R\$ 15.630.241,18
		Aquisição de equipamentos	-	-	-	R\$ 10.000.000,00
Cultura de prevenção e orientação em situações de risco	Educação e capacitação	Programa de conscientização da população de riscos e desastres	Diversos	R\$ 6.000.000,00	-	-
	Novas unidades reforçadas nas regiões	Aquisição de veículos para municípios	Defesa Civil	R\$ 80.000.000,00	-	-
	Planos de contingência	Protocolos de contingência nas secretarias do Estado	Diversos	R\$ 2.500.000,00	-	-
	Centros Regionais de Gestão Integrada de Riscos e Desastres	Previsão de recursos para 04 CRGIRDs	Defesa Civil	-	R\$ 88.000.000,00	R\$ 88.000.000,00
	Ginásios com infraestrutura preparada para receber alojamentos temporários	Ginásios multiuso	Secretaria de Esporte e Lazer	-	R\$ 55.000.000,00	R\$ 54.707.742,43
Sistema de infraestrutura e serviços alternativos	Aeroportos de backup	Adequação do Aeroporto de Passo Fundo	SELT	R\$ 4.000.000,00	R\$ 7.067.114,00	R\$ 7.067.114,00
		Base de Aviação Naval do Aeroporto de Rio Grande	SELT	-	R\$ 1.395.200,00	-
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 1.298.226.595,46</b>	<b>R\$ 1.403.530.129,27</b>	<b>R\$ 1.356.966.217,46</b>

## 5.6 Eixo Recuperação

O Eixo Recuperação visa não apenas reconstruir o que foi perdido, mas também promover o desenvolvimento sustentável e resiliente. O conceito de recuperação adotado abrange a reconstrução das infraestruturas afetadas, a recuperação econômica e do setor primário, bem como as políticas sociais.

As rodovias estaduais foram severamente afetadas durante a catástrofe natural, tanto pelos alagamentos quanto pelos deslizamentos e rompimentos de taludes. Assim, a maior parcela do Plano de Investimentos é destinada a ações dessa

natureza, que somam cerca de R\$ 7,0 bilhões de reais. Além da execução direta de obras de recuperação das rodovias estaduais, por meio do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), é previsto o aporte público em projetos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) nos Blocos 1 e 2, que abrangem a Região Metropolitana de Porto Alegre e a Região do Vale do Taquari, bem como o Reequilíbrio Econômico-Financeiro (REEF) dos contratos de concessão das rodovias ERS-287 e que compõem o Bloco 3, na Serra Gaúcha. Ainda, no que se refere às infraestruturas afetadas, o Plano prevê a destinação de cerca de R\$ 1,0 bilhão para a recuperação de rios e canais R\$ 280 milhões para o patrimônio público, o que inclui a recuperação de estruturas administrativas e de equipamentos culturais e esportivos.

No que se refere à recuperação econômica, estão previstos recursos da ordem de R\$ 1,2 bilhão para os setores econômicos mais atingidos (como as MEIs, as pequenas e médias empresas, o turismo e os pequenos produtores rurais) e para o incentivo às energias renováveis, como o estímulo à cadeia produtiva do Hidrogênio Verde. A recuperação também se estende às populações vulneráveis, pertencentes ao Cadastro Único, que demandam ações do Estado por meio das políticas sociais (R\$ 535 milhões). Finalmente, o Plano prevê cerca de R\$ 1 bilhão para as políticas habitacionais, aplicados na aquisição, execução de infraestrutura e doação de casas em novos loteamentos nas regiões do Vale do Taquari e no município de Eldorado do Sul, bem como no apoio financeiro à aquisição de novas moradias no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Relativamente à última versão, o incremento dos recursos destinados à recuperação decorre, sobretudo, da maior demanda para a recuperação de estradas e pontes, com destaque para a ponte sobre o Rio Taquari, entre os municípios de Estrela e Cruzeiro do Sul.

**Quadro 7: Eixo Recuperação**

AÇÃO ESTRATÉGICA DO PLANO DE INVESTIMENTOS	DESCRIÇÃO	INICIATIVA	SECRETARIA FINALÍSTICA	PLANO JAN/25	PLANO OUT/25	PLANO MAR/26
Programa de Parcerias Público-Privadas resilientes	Aporte público em PPPs de rodovias, inclusive reequilíbrios em concessões existentes, com enfoque na resiliência e contingência das rodovias em áreas atingidas	Bloco 1	SELT	R\$ 1.500.000.000,00	R\$ 1.500.000.000,00	R\$ 1.500.000.000,00
		Bloco 2	SELT	R\$ 1.300.000.000,00	R\$ 1.500.000.000,00	R\$ 1.500.000.000,00
		Reequilíbrio RSM	SELT	R\$ 800.000.000,00	R\$ 800.000.000,00	R\$ 110.973.340,80
		Reequilíbrio CSG	SELT	-	-	R\$ 86.291.586,06

		Previsão de recursos para REEF	SELT	R\$ 800.000.000,00	R\$ 800.000.000,00	R\$ 600.000.000,00
<b>Subtotal</b>				<b>R\$ 3.600.000.000,00</b>	<b>R\$ 3.800.000.000,00</b>	<b>R\$ 3.797.264.926,86</b>
Reconstrução de rodovias e vias	Recomposição asfáltica em rodovias obstruídas, recuperação de acessos e contenções	Recuperação de rodovias estaduais (32 lotes de rodovias e CAT)	SELT/DAER	R\$ 3.152.363.322,92	R\$ 2.781.696.359,33	R\$ 2.597.173.462,68
		Reconstrução de pontes (08 estruturas)	SELT/DAER		R\$ 62.210.390,76	R\$ 350.789.905,23
		Aporte na Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR	SELT/EGR		R\$ 45.488.191,24	R\$ 45.488.191,24
		Estradas vicinais	SEAPI	R\$ 107.700.000,00	R\$ 107.700.000,00	R\$ 107.700.000,00
		Horas-máquina	SEDUR	R\$ 27.632.138,00	R\$ 128.354.269,00	R\$ 128.354.269,00
<b>Subtotal</b>				<b>R\$ 3.287.695.460,92</b>	<b>R\$ 3.125.449.210,33</b>	<b>R\$ 3.229.505.828,15</b>
Recuperação de Rios e Canais	Intervenções e possibilidades de desassoreamento de pequenos rios e córregos	Desassorear RS	SEDUR/SEMA	R\$ 300.000.000,00	R\$ 300.000.000,00	R\$ 300.000.000,00
		Aporte de capital na Portos RS	SELT/PORTOS RS	R\$ 731.389.734,00	R\$ 731.389.734,00	R\$ 731.389.734,00
<b>Subtotal</b>				<b>R\$ 1.031.389.734,00</b>	<b>R\$ 1.031.389.734,00</b>	<b>R\$ 1.031.389.734,00</b>
Reconstrução de Habitações	A Casa é Sua - Calamidade	A Casa é Sua - Calamidade	SEHAB	R\$ 173.808.355,85	R\$ 750.615.367,08	R\$ 776.066.107,83
		Porta de Entrada	SEHAB	R\$ 100.897.858,00	R\$ 255.558.634,60	R\$ 255.558.634,60
		Porta de Entrada – Entidades Rurais	SEHAB	R\$ 12.000.000,00	R\$ 12.000.000,00	R\$ 12.000.000,00
		Sistema de Gestão da Habitação	SEHAB	-	-	R\$ 2.506.596,74

		Novos loteamentos	SEDUR/SEMA	-	R\$ 12.763.007,96	R\$ 12.950.070,43
<b>Subtotal</b>				<b>R\$ 286.706.213,85</b>	<b>R\$ 1.030.937.009,64</b>	<b>R\$ 1.059.081.409,60</b>
Setor Primário	Políticas de recuperação na agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e produção agrícola, entre outros	Operação Terra Forte	SDR	R\$ 950.000.000,00	R\$ 300.000.000,00	R\$ 299.916.699,70
		Milho 100%	SDR		R\$ 188.500.000,00	R\$ 188.500.000,00
		Subvenção para renegociação de dívidas rurais	SEAPI		R\$ 150.000.000,00	R\$ 150.000.000,00
		Bônus Mais Leite (PRONAF)	SDR		R\$ 30.000.000,00	R\$ 30.000.000,00
		Recuperação do Parque de Exposições Assis Brasil	SEAPI		R\$ 14.663.182,23	R\$ 14.429.682,23
		Manutenção de estações agrometeorológicas	SEAPI		R\$ 787.896,00	R\$ 787.896,00
<b>Subtotal</b>				<b>R\$ 950.000.000,00</b>	<b>R\$ 683.951.078,23</b>	<b>R\$ 683.634.277,93</b>
Políticas Sociais	Políticas públicas de assistência social, cultura, esporte, trabalho e renda focalizadas em localidades afetadas	Partiu Futuro Reconstrução	SEDES	R\$ 27.628.324,00	R\$ 127.140.748,00	R\$ 127.140.748,00
		Família Gaúcha	SEDES	R\$ 658.000.000,00	R\$ 110.800.000,00	R\$ 120.800.000,00
		Aquisição de leite em pó	SEDES/SDR		R\$ 90.000.000,00	R\$ 30.772.857,60
		Avançar SUAS Reconstrução	SEDES		R\$ 50.000.000,00	R\$ 50.000.000,00
		RS Social Recomeço – Moradias Transitórias	SEDES		R\$ 40.000.000,00	R\$ 40.000.000,00

		RS Qualificação - Recomeçar	SEDES		R\$ 39.330.000,00	R\$ 51.573.797,76
		Aporte SUAS – Cofinanciam ento de ações de resiliência climática	SEDES		R\$ 35.000.000,00	R\$ 35.000.000,00
		Centro Dia para Pessoas Idosas	SEDES		R\$ 26.700.000,00	R\$ 26.700.000,00
		Prato Gaúcho	SEDES		R\$ 20.020.000,00	R\$ 20.020.000,00
		Centros de Referência para a Juventude	SEDES		R\$ 14.000.000,00	R\$ 14.000.000,00
		Veículos adaptados	SJCDH		R\$ 11.054.680,00	R\$ 8.916.000,00
		Aluguel Social	SEDES		R\$ 10.000.000,00	R\$ 9.686.400,00
<b>Subtotal</b>				<b>R\$ 685.628.324,00</b>	<b>R\$ 574.045.428,00</b>	<b>R\$ 534.609.903,36</b>
Recuperação Econômica	Fomento à atividade econômica em setores atingidos, através de linhas para investimento e capital de giro	PROGRAN- TUR	SETUR	-	R\$ 200.000.000,00	R\$ 200.000.000,00
		Hidrogênio Verde	SEMA	-	R\$ 102.400.000,00	R\$ 102.400.000,00
		Aporte no BADESUL (crédito para empresas atingidas)	SEDEC	R\$ 100.000.000,00	R\$ 100.000.000,00	R\$ 100.000.000,00
		MEI Calamida- des	STDP	R\$ 63.000.000,00	R\$ 61.000.000,00	R\$ 50.765.202,24
		Tchê Convida	SETUR	-	R\$ 40.000.000,00	R\$ 39.511.448,31

		Distritos Industriais	SEDEC	-	R\$ 20.000.000,00	R\$ 20.000.000,00
<b>Subtotal</b>				<b>R\$ 163.000.000,00</b>	<b>R\$ 523.400.000,00</b>	<b>R\$ 512.667.650,55</b>
Reconstrução de patrimônio público	Reforma de edificações afetadas pelas enchentes em diversas pastas e vinculadas	Aumento de capital na PROCERGS	SPGG/ PROCERGS	R\$ 202.143.218,00	R\$ 87.869.516,00	R\$ 87.869.516,00
		Recuperação do prédio da Sefaz	Sefaz		R\$ 29.214.326,86	R\$ 37.094.501,98
		Restauração de Acervos Históricos e Culturais	SEDAC		R\$ 16.140.564,92	R\$ 15.363.906,82
		Recomposição da frota da polícia penal	SSPS		R\$ 11.211.608,14	R\$ 12.995.117,84
	Recuperação de ativos e patrimônio em prédios públicos	Fortalecimento da infraestrutura da SOP	SOP	-	R\$ 7.111.508,21	R\$ 7.111.508,21
		Recuperação da Estação Rodoviária de Porto Alegre	SELT/DAER	R\$ 14.500.000,00	R\$ 20.518.381,99	R\$ 20.518.381,99
		Reforma do CETE	SEL	R\$ 7.150.000,00	R\$ 21.150.000,00	R\$ 21.150.000,00
		Reforma e recomposição da Defensoria Pública	DPERS	R\$ 26.245.745,94	R\$ 40.723.534,30	R\$ 41.649.461,72
		Reforma e recomposição de prédios e ativos do Ministério Público	MPRS	R\$ 1.311.373,28	R\$ 25.819.350,91	R\$ 27.311.317,26
		Ressarcimento de despesas do Tribunal de Contas do Estado	TCE-RS	-	-	R\$ 8.980.803,41
		Reforma da UERGS	SICT/UERGS	R\$ 9.014.865,11	R\$ 9.014.865,11	R\$ 9.014.865,11

		Previsão de recursos para reforma de Prédios Públicos	-	-	-	R\$ 15.000.000,00
<b>Subtotal</b>				<b>R\$ 260.365.202,33</b>	<b>R\$ 268.773.656,44</b>	<b>R\$ 283.813.998,35</b>
Reconstrução de Escolas	Reconstrução de escolas com estruturas resilientes	Complexo Escolar em Roca Sales	SOP	-	-	R\$ 47.199.556,03
Reconstrução de Escolas	Reconstrução de escolas com estruturas resilientes	Previsão de recursos para recuperação de escolas	-	R\$ 60.000.000,00	-	R\$ 40.000.000,00
<b>Subtotal</b>				<b>R\$ 60.000.000,00</b>	<b>-</b>	<b>R\$ 87.199.556,03</b>
Recuperação da Saúde	Políticas voltadas à reconstrução ou construção de hospitais e UBSs	Hospital Bruno Born - Lajeado	SES	-	R\$ 4.640.396,04	R\$ 4.650.003,17
		Hospital Resiliente em Eldorado do Sul - Projeto	SES	-	R\$ 1.646.600,00	R\$ 1.646.600,00
		Hospital Resiliente em Roca Sales - Projeto	SES	-	R\$ 863.000,00	R\$ 863.000,00
		Polo de Saúde em Teutônia	SES	-	R\$ 1.600.000,00	R\$ 940.000,00
<b>Subtotal</b>				<b>-</b>	<b>R\$ 8.749.996,04</b>	<b>R\$ 8.099.603,17</b>
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 10.324.784.935,10</b>	<b>R\$ 11.046.696.112,68</b>	<b>R\$ 11.247.785.269,99</b>

## 5.8 Consolidação dos Valores

**Quadro 08 - Consolidação dos valores por eixo do Plano Rio Grande**

EIXO	JAN/25	OUT/25	MAR/26
GOVERNANÇA	R\$ 169.000.000,00	R\$ 182.097.800,82	R\$ 187.881.345,85
DIAGNÓSTICO	R\$ 139.758.785,26	R\$ 82.701.350,00	R\$ 70.351.350,00
EMERGENCIAL	R\$ 686.426.651,52	R\$ 677.680.155,48	R\$ 677.449.158,05
RESILIÊNCIA	R\$ 1.574.414.507,89	R\$ 1.153.605.701,91	R\$ 1.626.505.723,79
PREPARAÇÃO	R\$ 1.298.226.595,46	R\$ 1.403.530.129,27	R\$ 1.356.966.217,46
RECUPERAÇÃO	R\$ 10.324.784.935,10	R\$ 11.046.696.112,68	R\$ 11.247.785.269,99
Valores não alocados	R\$ 200.530.057,81	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 14.393.141.533,04</b>	<b>R\$ 14.546.311.250,16</b>	<b>R\$ 15.166.939.065,14</b>

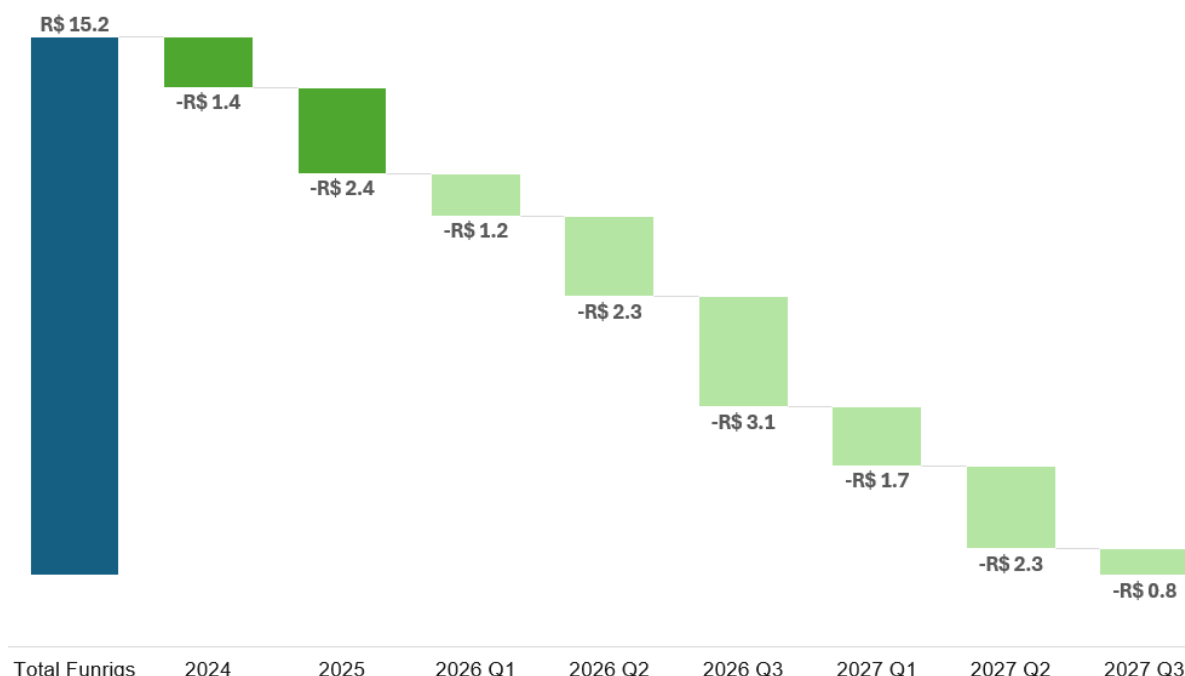
## 6. Cronograma de Desembolsos

Entre junho de 2024 e fevereiro de 2026, foram depositados R\$ 6.993.471.993,90 (seis bilhões, novecentos e noventa e três milhões, quatrocentos e setenta e um mil, novecentos e noventa e três reais e noventa centavos). No mesmo período, foram pagos R\$ 4.286.460.082,71 (quatro bilhões, duzentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e sessenta mil, oitenta e dois reais e setenta e um centavos).

Espera-se um aumento do fluxo de desembolsos a partir do segundo quadrimestre de 2026, devido ao avanço na execução dos projetos. Isso ocorre porque iniciativas dependem da elaboração de anteprojetos e da preparação de documentos licitatórios (como Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, minuta de edital, entre outros). Há que se considerar, também, o tempo necessário para a realização das licitações, o qual pode variar a depender da modalidade adotada e do tempo necessário para as fases recursais.

O Gráfico 1 abaixo apresenta o cronograma de desembolsos do FUNRIGS, considerando o efetivamente desembolsado nos exercícios de 2024 e 2025 e a previsão para 2026 e 2027. O Anexo 1 deste documento apresenta o detalhamento por eixo, ação e projeto do Plano de Investimentos.

**Gráfico 01 – Cronograma de desembolsos do FUNRIGS**



## 7. Considerações Finais

O enfrentamento dos eventos climáticos que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024 exigiu uma resposta rápida do governo estadual, a qual culminou na criação do Plano Rio Grande e do Fundo do Plano Rio Grande (FUNRIGS). O cenário crítico, bem como a obtenção de recursos inéditos destinados especificamente ao enfrentamento da calamidade, evidenciou a necessidade de uma abordagem integrada e estratégica na alocação de recursos públicos.

A governança do Plano Rio Grande e do FUNRIGS busca o atendimento a requisitos legais e regulamentares, bem como a gestão estratégica dos projetos e recursos. Neste contexto, o Plano de Investimentos cumpre um papel fundamental no planejamento do FUNRIGS, garantindo os recursos necessários para a execução de projetos estruturantes, de maior complexidade, que demandam um período mais longo de planejamento e desenvolvimento.

Assim, além de ser uma exigência da Lei Complementar nº 206/2024, o Plano de Investimentos é um instrumento de apoio para a governança e gestão do Fundo, uma vez que nele estão listados todos os projetos estratégicos que devem ser realizados, com a indicação de uma estimativa de prazo e o provisionamento dos recursos necessários. Por meio da governança constituída, os projetos são selecionados com base em critérios estratégicos coerentes com o Plano Rio Grande e pelas suas complementariedades com as demais ações e políticas públicas conduzidas pelo Estado.

Os investimentos do Plano Rio Grande visam não apenas a recuperação após a calamidade, mas também a construção de uma infraestrutura resiliente e sustentável. Assim, representam um passo importante em direção a uma gestão de investimentos consciente e proativa, com o intuito de preparar e adaptar o Estado para o enfrentamento de eventos climáticos futuros.

## **Anexos**

**ANEXO I** Planilha com o Plano de Investimentos consolidado e cronograma de desembolsos.